

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1611/XIII/3.<sup>a</sup>

### RECOMENDA AO GOVERNO A URGENTE REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2/3 PROFESSOR GONÇALO SAMPAIO, EM PÓVOA DE LANHOSO

O Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio, em Póvoa de Lanhoso, com cerca de 1650 alunos/as, de acordo com o enunciado no seu Projeto Educativo assume “a equidade e qualidade educativas; a defesa de uma cultura de cidadania ativa e solidária; o rigor e o empenho dos seus profissionais; a inclusão e participação de todos os alunos, das famílias e dos parceiros educativos; a valorização da memória local e a defesa dos valores humanos”. Para isso, compromete-se a “desencadear os mecanismos necessários à criação de condições propícias à sua concretização; à implementação de estratégias; à mobilização de recursos, perseverando na inovação, na eficiência e dinamismo”.

Uma das dimensões do serviço público para uma formação integral de cidadãos é, seguramente, as condições físicas da escola que não podem deixar de estar associadas ao desempenho de alunos/as, professores/as e funcionários/as, bem como às próprias condições pedagógicas.

Inaugurada em 1970, a Escola EB 2/3 Professor Gonçalo Sampaio, apresenta hoje condições físicas com um nível de degradação característico de um edifício com cerca de 50 anos. Particularmente grave é a presença de coberturas de fibrocimento/amianto, substância cancerígena que já foi proibida e que urge retirar e substituir por materiais adequados. A comunidade escolar reconhece estes problemas infraestruturais da escola e espera há vários anos pela intervenção do Ministério da Educação, reclamando obras de fundo que incluam a substituição do telhado e das caixilharias das janelas.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Tome as medidas necessárias para a rápida reabilitação da Escola EB 2/3 Professor Gonçalo Sampaio, em Póvoa de Lanhoso, de modo a criar as condições indispensáveis à concretização do direito à educação e a garantir instalações com adequadas condições de trabalho, conforto e dignidade a toda a comunidade escolar.

Assembleia da República, 11 de maio de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,